

RELATÓRIO ANUAL

2020



SBOTPREV
FUNDO DE PREVIDENCIA

ÍNDICE

1	MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	3
2	PANORAMA ECONÔMICO DE 2020	4
3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
4	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	26
5	GESTÃO DE PARTICIPANTES	29
6	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	30
7	PARECER ATUARIAL	33
8	PARECER DO CONSELHO FISCAL	39
9	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	40
10	GLOSSÁRIO	41
11	MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	44

1 | MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV apresenta o relatório das principais atividades da Entidade durante o 2020 como autoriza a Resolução CGPC n. 23/2006 e Instrução PREVIC n.13/2014.

Aqui disponibilizamos a situação patrimonial, o seu Plano de Benefícios, a Política de Investimentos, a rentabilidade, as despesas administrativas, a situação atuarial, possibilitando um melhor acompanhamento de seu Plano de Previdência Complementar.

O Relatório de 2020 está também disponível no site da entidade www.sbotprev.org.br

O SBOTPREV mantém seu compromisso com a transparência e a clareza na apresentação dos resultados.

Boa Leitura!

DIRETORIA EXECUTIVA

2 | PANORAMA ECONÔMICO DE 2020

O ano de 2020 foi um ano atípico, um acontecimento inesperado gerou diversos tipos de reações e que terá consequências ainda imprevisíveis. Um vírus oriundo da China, se espalhou pelo mundo trazendo caos mundial uma vez que a medicina não encontrou um tratamento adequando para combater o vírus que vem contagiando milhares de pessoas desde sua descoberta e grande parte das pessoas contagiadas vem a óbitos.

Para tentar conter a pandemia do coronavírus, boa parte da população mundial foi submetida a medidas de isolamentos sociais(lockdown), que incluíram fechamento de escolas, comércios, interrupção da produção industrial, fechamento de fronteiras entre outras ações, provocando mudanças de hábitos e paralisando atividades econômicas no mundo todo, com estas ações houveram impactos direto na economia global e diversos países entraram em recessão devido ao coronavírus.

Se por um lado a medicina titubeou até encontrar um tratamento adequado para o contágio do vírus, os governos e bancos centrais, em alguns países do mundo, foram incisivos no choque monetário, para que as consequências econômicas não fossem piores que a própria doença. Alguns países, incluído o Brasil, criaram auxílios emergenciais para manter a economia em movimento, justamente em um momento em que muito se falava que não havia mais espaço para política monetária.

Na China, onde o começou a pandemia, o crescimento chinês caiu acentuadamente e encerrou o primeiro trimestre com uma contração de 6,8%. O fechamento de fábricas e plantas industriais em todo o país foi um grande golpe para o gigante asiático, que, pela primeira vez, teve números trimestrais negativos desde 1992. Embora a pandemia da covid-19 tenha prejudicado as metas de crescimento da China, neste ano, especialistas observam que a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos ainda não foi resolvida. No país onde surgiu a covid-19, a economia está mais forte do que nunca este ano. O governo chinês registrou um crescimento de 4,9% entre julho e setembro em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os Estados Unidos, foi o país mais afetado pelo coronavírus, ultrapassou 19 milhões de contagiados com mais de 330 mil óbitos desde o início da pandemia. A pandemia fez com que a economia dos Estados Unidos contraísse em nível recorde, o declínio veio com a imposição de medidas de lockdown por todo o país para conter o coronavírus. A taxa de desemprego chegou a 14,7%, um dos maiores desde a grande depressão da década de 1930, entretanto o mercado de trabalho americano, recuperou cerca de metade dos 22 milhões de postos de trabalho fechados ente março e abril e a taxa caiu para 6,7% em dezembro/20. A ajuda fiscal implementada pelo Congresso ajudou

os norte-americanos a se manterem à tona, e as economias acumuladas com a ajuda de cheques de estímulo e auxílio-desemprego sustentaram a economia no período crítico, mais o país encolheu 3,5% em 2020. Foi o pior resultado desde 1946, após o fim da 2ª Guerra Mundial. As eleições americanas, para presidente, bateram o recorde de participação popular, o processo foi conturbado dando vitória a Biden. No início Trump não aceitou a vitória do oponente e com acusações, infundadas, de fraudes e solicitou a recontagem de votos, porém sem obter sucesso. A transição foi tumultuada Trump no início não quis colaborar mais ao final acabou cedendo.

Já a economia da zona do euro encolheu 6,8% em 2020, o maior declínio trimestral já registrado pela série histórica iniciada em 1995. A atuação do poder público na Europa não se limitou à imposição e retirada de medidas de isolamento. Houve também aumento de gastos para combater a crise econômica. Na Alemanha e na França, por exemplo, os governos assumiram o pagamento de parte da folha salarial de empresas para evitar demissões. Houve também programas de crédito público em diversos países para apoiar empresas em maior dificuldade. Isso sem contar o aumento das despesas com saúde, para atender às demandas trazidas pela pandemia. A própria cúpula da União Europeia aprovou um pacote de socorro econômico aos países do bloco, com a criação de um fundo de 4,9 trilhões, à disposição dos países membros. Uma parte do dinheiro seria concedida em crédito, e a outra em doações que não precisam ser devolvidas. Em média, os países da zona do euro gastaram cerca de 4% do PIB com pacotes de estímulo fiscal em 2020.

A pandemia de coronavírus derrubou a economia global em 2020, e o Brasil não ficou imune ao aba-

lo provocado pelas restrições impostas à atividade econômica, pela queda na renda das famílias e pelos adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais. A necessidade de isolamento social para conter o avanço da Covid-19 fez os principais setores da economia entrarem em queda livre. As principais medidas de resgate tomadas pelo governo durante a crise focaram no incentivo ao consumo. A política monetária promovida pelo Banco Central visou ampliar o mercado de crédito para atenuar os efeitos da pandemia sobre as empresas do país, a taxa Selic alcançou o seu recorde histórico de 2% ao ano. O governo criou o Auxílio Emergencial e a permissão de saque do FGTS emergencial, para recompor as perdas de renda da população. Mesmo com estas medidas, a taxa média anual de desemprego no Brasil foi de 13,5%, a maior já registrada. O PIB também teve queda recorde, de 4,8%. Um dos fatores que explicam esses números foi o avanço da pandemia no final do ano. A partir de novembro, o número de casos e mortes pela covid-19 voltou a crescer com força. Outro elemento foi a redução do auxílio emergencial, que caiu de R\$ 600 entre abril e agosto para R\$ 300 a partir de setembro. O programa foi encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em meio ao caos econômico, o Banco Central não deixou de trabalhar pelo desenvolvimento de novas tecnologias. O lançamento do PIX, em novembro, aconteceu mesmo com todos esses eventos na economia.

A recuperação mundial da economia só terá início com a vacinação da população mundial contra o coronavírus. A China foi a 1ª a iniciar a imunização em julho. Em dezembro a vacinação ganhou força se estendendo por vários países, entretanto no Brasil que ocupava o segundo lugar em números de mortos pelo vírus, atrás dos Estados Unidos, assistia a um embate político a respeito da vacinação que teve seu desfecho no ano seguinte.

3 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUIDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

I - BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO		2020	2019	PASSIVO		
					2020	2019
Disponível	Nota 4.1.1	237	223	Exigível Operacional	Nota 4.1.4	279
Realizável	Nota 4.1.2	59.044	54.274	Gestão Previdencial		273
Gestão Administrativa		0	6	Gestão Administrativa		6
Investimentos		59.044	54.268			
Fundos de Investimento		59.044	54.268	Patrimônio Social	Nota 4.1.5	59.017
Permanente	Nota 4.1.3	15	18	Patrimônio de Cobertura do Plano		57.235
Imobilizado		15	18	Provisões Matemáticas		57.235
				Benefícios Concedidos		462
				Benefícios a Conceder		56.773
				Fundos		1.782
				Fundos Previdenciais		1
				Fundos Administrativos		1.781
TOTAL DO ATIVO		59.296	54.515	TOTAL DO PASSIVO		59.296
						54.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	54.256	49.360	9,92 %
1. Adições	13.433	13.563	(0,96) %
(+) Contribuições Previdenciais	10.326	9.248	11,66 %
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.093	2.576	(18,75) %
(+) Receitas Administrativas	951	1.672	(43,12) %
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	63	67	(5,97) %
2. Destinações	-8.672	-8.667	0,06 %
(-) Benefícios	-8.072	-7.810	3,35 %
(-) Despesas Administrativas	-600	-857	(29,99) %
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	4.761	4.896	(2,76) %
(+/-) Provisões Matemáticas/Fundos	4.347	4.014	8,30 %
(+/-) Fundos Administrativos	414	882	(53,06) %
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	59.017	54.256	8,78 %

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	52.889	48.875	8,21 %
1. Adições	12.419	11.824	5,03 %
(+) Contribuições	10.326	9.248	11,66 %
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.093	2.576	(18,75) %
2. Destinações	-8.072	-7.810	3,35 %
(-) Benefícios	-8.072	-7.810	3,35 %
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.347	4.014	8,30 %
(+/-) Provisões Matemáticas/Fundos	4.347	4.014	8,30 %
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	57.236	52.889	8,22 %
C) Fundos não Previdenciais	1.781	1.367	30,29 %
(+/-) Fundos Administrativos	1.781	1.367	30,29 %

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação %
1. Ativos	59.290	54.509	8,77 %
Disponível	50	153	(67,32) %
Recebível	1.782	1.367	30,36 %
Investimento	57.458	52.989	8,43 %
Fundos de Investimento	57.458	52.989	8,43 %
2. Obrigações	273	253	7,91 %
Operacional	273	253	7,91 %
3. Fundos não Previdenciais	1.781	1.367	30,29 %
Fundos Administrativos	1.781	1.367	30,29 %
5. Ativo Líquido (1-2-3)	57.236	52.889	8,22 %
Provisões Matemáticas/Fundos	57.236	52.889	8,22 %

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.367	485	181,86 %
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.014	1.739	(41,69) %
1.1. Receitas	1.014	1.739	(41,69) %
Custeio Administrativo dos Investimentos	269	550	(51,09) %
Receitas Diretas	682	615	10,89 %
Outras	0	507	(100,00) %
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	63	67	(5,97) %
2. Despesas Administrativas	-600	-857	(29,99) %
2.1. Administração Previdencial	-600	-854	(29,74) %
Treinamentos/Congressos e Seminários	-17	-103	(83,50) %
Viagens e Estadias	-6	-11	(45,45) %
Serviços de Terceiros	-390	-476	(18,07) %
Despesas Gerais	-132	-202	(34,65) %
Depreciações e Amortizações	-3	-3	0,00 %
Tributos	-52	-59	(11,86) %
2.2. Administração dos Investimentos	0	-3	(100,00) %
Tributos	0	-3	(100,00) %
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	414	882	(53,06) %
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	414	882	(53,06) %
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.781	1.367	30,29 %

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação %
Provisões Técnicas (1+4)	57.508	53.142	8,22 %
1. Provisões Matemáticas	57.235	52.889	8,22 %
1.1. Benefícios Concedidos	462	521	(11,32) %
Contribuição Definida	462	521	(11,32) %
1.2. Benefícios a Conceder	56.773	52.368	8,41 %
Contribuição Definida	56.773	52.368	8,41 %
Saldo de Contas - Parcela Instituidores	45	41	9,76 %
Saldo de Contas - Parcela Participantes	56.728	52.327	8,41 %
4. Exigível Operacional	273	253	7,91 %
4.1. Gestão Previdencial	273	253	7,91 %

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV, é uma entidade fechada de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ nº 11.401.654/0001-43 e CNPB nº 2009.0024-74 constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 3.080 de 08 de outubro de 2009, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. É Instituidor Fundador da SBOTPREV, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O SBOTPREV tem sede e foro na Alameda Lorena, nº 427 – 14º andar – São Paulo – SP, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O SBOTPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

O Plano de Benefícios SBOTPREV, na modalidade de contribuição definida, possuía na data base o seguinte quadro de participantes ativos e assistidos:

Descrição	2020	2019
Participantes Ativos	1.740	1.688
Idade Média	43 anos	43 anos
Participantes Assistidos*	4	4
Idade Média	66 anos	66 anos

*Participantes assistidos considera Aposentados e Pensionistas

Em observância ao artigo nº 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a SBOTPREV não distribui dividendos e aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Entidade é regida por Estatuto Social, pelos regulamentos do Plano de Benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, sendo a mais recente a IN MPS/PREVIC nº 11 de 03 de dezembro de 2018 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, e as práticas contábeis brasileiras.

As diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e

não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5).

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, do Plano de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas tiveram sua emissão autorizada pela Diretoria da Entidade em 24 de março de 2021.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do SBOTPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O SBOTPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas nas notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis. As práticas contábeis aplicadas pela Entidade em 2020 estão de modo uniforme em relação a 2019 e estão descritas a seguir.

Os registros relativos a contribuições de participantes autopatrocinados, são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com o art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018.

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Para a avaliação dos fundos de investimentos foram observadas as legislações estabelecidas pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os registros de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de fundos de investimentos da Entidade obedeceram, também, aos critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados como Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento, que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição

acrescidos dos rendimentos auferidos.

- **Fundos de investimentos:** são contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador, observado a legislação estabelecida pela CVM.
- **Imposto de Renda na Fonte:** a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são registradas, para os direitos creditórios mensurados, ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à esta provisão são apresentados pelo seu valor líquido.

No exigível operacional são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previ-

dencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O exigível contingencial é avaliado por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Em dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não possuía nenhuma ação judicial que fosse classificada como provável ou possível de perda.

Para as provisões matemáticas o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A comprovação de adequação das hipóteses bio-

métricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios; e

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Balanço Patrimonial

4.1.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Bancos	237	223
Brasil	0	1
Itaú	237	222
Total Disponível	237	223

4.1.2. Realizável

4.1.2.1. Gestão Administrativa

Registra os valores de contas a receber, adiantamentos e despesas antecipadas, são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Despesas Antecipadas	0	6
Total Realizável Administrativo	0	6

4.1.2.2. Investimento

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, alinhado a Política de Investimentos da Entidade, que define as diretrizes, macro alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos, todos os recursos garantidores do plano de benefício do SBOTPREV são investidos em cotas de fundo de investimento (Mongeral Aegon SBOTPREV Fundo de Investimento Multimercado – CNPJ 19.366.021/0001-53), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Plano de Gestão Previdencial	<u>57.458</u>	<u>52.989</u>
Fundos de Investimento - Multimercado	57.458	52.989
Plano de Gestão Administrativa	<u>1.586</u>	<u>1.279</u>
Fundos de Investimento - Multimercado	1.586	1.279
Total Realizável Investimentos	59.044	54.268

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA			2020			2019		
			PLANO	PGA	CONSOLIDADO	PLANO	PGA	CONSOLIDADO
SEGMENTOS			57.458	1.586	59.044	52.989	1.279	54.268
Títulos Públicos:			27.123	748	27.871	30.400	734	31.134
NTN-B	Vencimento	Quantidade	16.921	467	17.388	11.716	283	11.999
NTN-B	15/08/2022	400	1.363	38	1.400	1.310	32	1.342
NTN-B	15/05/2023	500	1.616	45	1.661	1.531	37	1.568
NTN-B	15/08/2024	380	0	0	0	1.438	35	1.472
NTN-B	15/05/2025	370	1.455	40	1.495	0	0	0
NTN-B	15/05/2025	115	452	12	465	0	0	0
NTN-B	15/05/2025	385	1.514	42	1.556	0	0	0
NTN-B	15/08/2028	1.500	5.270	145	5.415	5.080	123	5.203
NTN-B	15/05/2035	500	1.707	47	1.754	1.641	40	1.681
NTN-B	15/08/2050	874	3.318	92	3.409	0	0	0
NTN-B	15/08/2050	150	0	0	0	716	17	733
NTN-B	15/05/2055	8	36	2	38	0	0	0
NTN-B	15/08/2055	40	189	5	195	0	0	0
LFT	Vencimento	Quantidade	10.202	281	10.484	18.683	451	19.134
LFT	01/03/2021	200	2.094	58	2.152	2.045	49	2.094
LFT	01/09/2024	300	3.125	86	3.211	0	0	0
LFT	01/09/2024	450	0	0	0	4.597	111	4.708
LFT	01/03/2025	188	1.957	54	2.011	1.920	46	1.967
LFT	01/09/2025	291	3.026	84	3.110	0	0	0
LFT	01/09/2025	991	0	0	0	10.122	244	10.366
Títulos Privados:	Vencimento	Quantidade	6.446	178	6.624	11.447	276	11.723
DEBENTURES SUBORDINADAS UNIDAS	29/09/2020	60	0	0	0	299	7	306
DEBENTURES SUBORDINADAS LOJAS AMERICANAS	25/06/2021	20	0	0	0	101	2	103
DEBENTURES SUBORDINADAS SABER SERV. EDUCACIONAL	15/08/2021	23	0	0	0	230	6	235
DEBENTURES SUBORDINADAS ELETROPAULO	13/09/2021	700	0	0	0	689	17	706
DEBENTURES SUBORDINADAS NATURA	25/09/2021	30	0	0	0	302	7	310
DEBENTURES SUBORDINADAS LOCALIZA	12/01/2022	65	0	0	0	633	15	648
DEBENTURES SUBORDINADAS OHL BRASIL	15/10/2022	600	0	0	0	599	14	614
DEBENTURES SUBORDINADAS MARISA	13/12/2022	63	0	0	0	616	15	631
DEBENTURES SUBORDINADAS ALGAR TELECOM	15/03/2023	650	0	0	0	643	16	659
DEBENTURES SUBORDINADAS IOCHPE MAXION	26/03/2023	650	0	0	0	649	16	665
DEBENTURES SUBORDINADAS CPFG GERAÇÃO DE ENERGIA	18/05/2023	350	0	0	0	339	8	347
DEBENTURES SUBORDINADAS NATURA	26/08/2024	31	0	0	0	309	7	316
DEBENTURES SUBORDINADAS LOCALIZA	15/02/2025	4	0	0	0	38	1	39
CDB - BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL	18/01/2021	700	703	19	722	0	0	0
DPGE - BANCO C6	10/11/2022	1	978	27	1.005	0	0	0
LF BANCO ALFA INVESTIMENTOS	01/12/2020	8	0	0	0	1.335	32	1.367
LF DAYCOVAL	13/04/2021	5	1.402	39	1.441	1.362	33	1.395
LF - BANCO RCI BRASIL	18/04/2022	9	1.492	41	1.533	1.464	35	1.499
LF - SUBORDINADA BANCO DO BRASIL	24/05/2021	2	1.114	31	1.144	1.089	26	1.116
LF - SUBORDINADA BRADESCO	04/11/2022	1	758	21	779	749	18	767
Operações Compromissadas:	Vencimento	Quantidade	14.330	395	14.726	3.387	82	3.469
LTN - OVER	04/01/2021	15.238	14.330	395	14.726	3.387	82	3.469
Derivativos Opções:	Vencimento	Quantidade	186	5	192	0	0	0
ÍNDICE IBOVESPA	17/02/2021	32	186	5	192	0	0	0
Derivativos Futuros:	Vencimento	Quantidade	27	1	28	16	0	17
BMF - DÓLAR COMERCIAL - RESULTADO	04/01/2021	0	7	0	7	0	0	0
BMF - ÍNDICE- RESULTADO	03/01/2022	0	20	1	20	16	0	17
Valores a Pagar/Receber:			-204	-6	-210	-6	-0	-6
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS	SEGMENTO	CNPJ	9.551	264	9.814	7.744	187	7.931
BNY ARX LIQ FI REF	RF	17.898.543/0001-70	181	5	186	514	12	526
MONG INST RF CREPRIV	RF	19.488.768/0001-84	5.126	141	5.268	4.625	112	4.737
MONGERAL MACRO FICFI	RF	27.803.348/0001-73	3.134	86	3.221	2.605	63	2.668
MONGERAL AEGON FIA	RV	33.254.944/0001-73	1.109	31	1.139	0	0	0
MONGERAL MACRO FICFI	RF	27.803.348/0001-73	3	0	3	3	0	3
MONGERAL AEGON FIA	RV	33.254.944/0001-73	1	0	1	0	0	0

Com a crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus os fundos de pensão sofreram com a elevada volatilidade do mercado financeiro ao longo de 2020. Nesse contexto, a Entidade juntamente com o gestor da carteira, tem acompanhado o cenário financeiro buscando estratégias e alternativas de alocações, visando atender no longo prazo as obrigações atuariais do plano e fechou o ano de 2020 com resultado positivo.

4.1.3. Permanente - Imobilizado

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens de acordo com o tempo de vida útil.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

Descrição (taxa)	2020	Aquisições	Depreciações	2019
Imobilizado	15	-	(3)	18
Computadores (20%)	3	-	(1)	4
Periféricos (20%)	0	-	(1)	1
Sistemas Operacionais (20%)	1	-	-	1
Móveis e Utensílios (10%)	11	-	(1)	12
Total do Ativo Permanente	15	-	(3)	18

4.1.4. Exigível Operacional

4.1.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar, as retenções a recolher incidentes sobre estes e os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Retenções a Recolher	19	31
Obrigações Contratadas	244	212
Outras Exigibilidades	10	10
Total Exigível Gestão Previdencial	273	253

4.1.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade, relativo a tributos, fornecedores e retenções a recolher.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Retenções a Recolher	2	1
Tributos a Recolher	4	5
Total Exigível Gestão Administrativa	6	6

No mês de julho/2019, houve uma reversão no valor R\$ 605 mil decorrente da reversão de despesas de exercício anteriores.

4.1.5. Patrimônio Social

4.1.5.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios SBOTPREV.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os participantes.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria SBOTPREV.

O valor das provisões matemáticas do plano, está evidenciado no quadro VII – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Provisões matemáticas	57.235	52.889
Benefícios Concedidos	462	521
Contribuição definida	462	521
Saldo de contas – Assistidos	462	521
Benefícios a conceder	56.773	52.368
Contribuição definida	56.773	52.368
Saldo de contas - parcela instituidores	45	41
Saldo de contas - parcela participantes	56.728	52.327
Total Patrimônio de Cobertura do Plano	57.235	52.889

Conforme determina o artigo nº 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios definidos é o de capitalização.

Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pela atuária independente Tatiana Cardoso Guimarães da Silva, MIBA nº 1042, contratada pela Entidade. Os valores registrados nestas rubricas constam na Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pela atuária encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2020	2019
A. Econômicas		
Taxa real de juros	4,09% a.a	4,19% a.a
B. Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 – F Suav 10%	AT-2000 – F Suav 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 – F Suav 10%	AT-2000 – F Suav 10%

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuarias não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios SBOTPREV, administrado pelo SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuarias anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2020 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

4.1.5.2. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial Diferenças de Cotas, representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com cota do mês anterior. No encerramento do exercício de 2020 o Fundo Previdencial de Fundo de Diferenças de Cotas obteve o valor de R\$ 1.410,38 (R\$1.643,05 em 2019).

4.1.5.3. Fundo Administrativo

Registra o Fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

	2020	Constituição	2019
Fundos Administrativos	1.718	414	1.367
Plano de Gestão Administrativa	1.718	414	1.367
Fundos	1.718	414	1.367

Em julho/2019, houve uma constituição no fundo Administrativo no valor R\$ 605 mil decorrente da reversão de despesas de exercício anteriores.

4.1.6. Apresentação dos efeitos da consolidação

De acordo com o item 28 do anexo “A” da Instrução SPC nº 34 de 27/09/2009 e suas alterações, os ajustes necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Código	Conta	2020	2019
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.781	1.367
	Plano de Benefícios SBOTPREV	1.781	1.367
2.3.2.2.01.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.781	1.367
	Plano de Benefícios SBOTPREV	1.781	1.367

5. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

5.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2021

A taxa de juros de 3,72% ao ano foi calculada para utilização na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2020, conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, e na Portaria PREVIC nº 337, de 29 de abril de 2020.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas exclusivamente dos saldos de contas dos participantes. Entretanto, essa premissa é utilizada em cálculos de benefícios, devendo a Entidade adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano, acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração do passivo de dez anos.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 337/2020, é de 5,32% ao ano, sendo o limite inferior de 3,72% ao ano e o limite superior de 5,72% ao ano.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2020 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2020, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 4,09% ao ano (INPC+4,09%), estando este em acordo com a citação no item 4 do Parecer Atuarial 12/2020 sobre as Premissas Atuarias.

5.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da SBO-TPREV teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições em atraso dos participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do Fundo Administrativo.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre os Programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

5.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Rentabilidade

Plano Previdencial

A Rentabilidade dos investimentos apurada pela cotação média no período. A rentabilidade líquida acumulada no exercício é obtida pela aplicação do Patrimônio de cobertura do Plano deduzida da taxa de administração.

Descrição	2020	2019
Resultado dos Investimentos	4,38%	6,32%
Rentabilidade Líquida	3,91%	5,24%

6. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada a Resolução CGPC nº 13, que estabeleceu às entidades fechadas previdência complementar adotarem princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade, e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

A Entidade obedece à legislação em vigor e, durante o exercício de 2020, implementou procedimentos de acordo com os padrões requeridos, aprimorando a gestão relativa aos seus controles internos.

7. OUTROS ASSUNTOS

a) Efeitos do COVID-19 (Coronavírus)

Desde o início de janeiro de 2020, o surto da COVID-19 que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento dessa situação impede qualquer previsão e o impacto final. Apesar das medidas saneadoras, com o propósito principal de preservação da saúde das pessoas tomadas pelos poderes públicos e o setor privado, este evento pode ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global, o que poderá trazer reflexos na precificação subsequente nos investimentos da Entidade.

A Entidade continuará acompanhando e monitorando as informações sobre a pandemia mundial do coronavírus (COVID-19), avaliando os impactos econômicos e financeiros nas suas demonstrações contábeis, no próximo exercício.

b) Novas normas vigentes e não aplicáveis

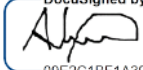
A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 20 de agosto de 2020, editou a Instrução Previc nº 31, que estabelece às Entidades Fechadas de Previdência Complementar novas normas relacionadas a procedimentos contábeis, estrutura de planificação contábil e a forma, meio e a periodicidade do envio das demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2021.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

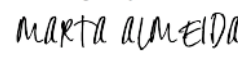
DocuSigned by:

D14D0ADE96B547D...

Ricardo Esperidião
Diretor Presidente
CPF 095.006.341-04

DocuSigned by:

09E2C1BF1A394DF...

Adalberto Visco
Diretor Financeiro
CPF 145.624.805-72

DocuSigned by:

490A6D0B1BDC43B...

Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ 075.023/O-5
CPF 722.624.607-44

4 | INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Documento que estabelece as bases sobre as quais os ativos da SBOTPREV - FUNDO DE PREVIDENCIA ("SBOTPREV") poderão ser investidos no ano de 2021- 2025.

A Política de Investimentos compreende um conjunto de diretrizes e medidas que norteiam a gestão de longo prazo dos ativos dos planos de benefícios. Combina aspectos de filosofia de investimentos e de planejamento e tem como pano de fundo o conceito de equilíbrio e perenidade do plano de benefício. Ela visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios por meio do estabelecimento de uma composição de ativos que otimize a relação entre risco e retorno da carteira, em consonância com os objetivos do Fundo.

Essa Política é composta por elementos que compreendem a missão do Fundo, a definição de tolerância ao risco, os objetivos de investimento, a política de composição de ativos, a estrutura de gestão de investimentos e a avaliação de desempenho. A partir desses fatores é possível construir um conjunto coerente de diretrizes, que permitem uma gestão de investimentos de longo prazo e com conteúdo estratégico.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, e as restrições específicas avaliadas.

4.1 PREMISSAS BÁSICAS

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do SBOTPREV e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

Na implementação desta política, a SBOTPREV aplica seus recursos em um fundo exclusivo de renda fixa, com ativos lastreados em taxas de juros e índice de preços, composto por títulos públicos e privados. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um “Preço Indicativo de Mercado”.

A Carteira de investimentos utilizada pelo SBOTPREV para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no BNY Mellon Banco S.A, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

4.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A SBOTPREV, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A SBOTPREV aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

4.3 COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), a SBOTPREV prioriza uma gestão de recursos com foco na maximização de rentabilidade, com um nível de risco confortável para a entidade.

A alocação estratégica dos recursos será dividida em três classes de ativos: Renda Fixa – Juros (CDI), Renda Fixa – Inflação (IPCA), Investimentos Estruturados (CDI) e Renda Variável (IBrX), podendo realizar operações com derivativos.

4.4 ALOCAÇÃO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA	15%	85%			
Juros	0%	85%	49%	4,70%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
Inflação	15%	50%	30%	6,57%	IPCA
Títulos Públicos Federais	15%	50%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	50%			
RENDA VARIÁVEL	0%	15%	8%	9,94%	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	15%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	15%			
Operações de futuro (como síntese de posição à vista)	0%	15%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	10%	5%	5,64%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	10%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	8%	10,00%	Global Equity
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	8%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
Rentabilidade Projetada			6,12%		
Índice de Referência			4,09% + INPC		

4.5 RENTABILIDADE HISTÓRICA

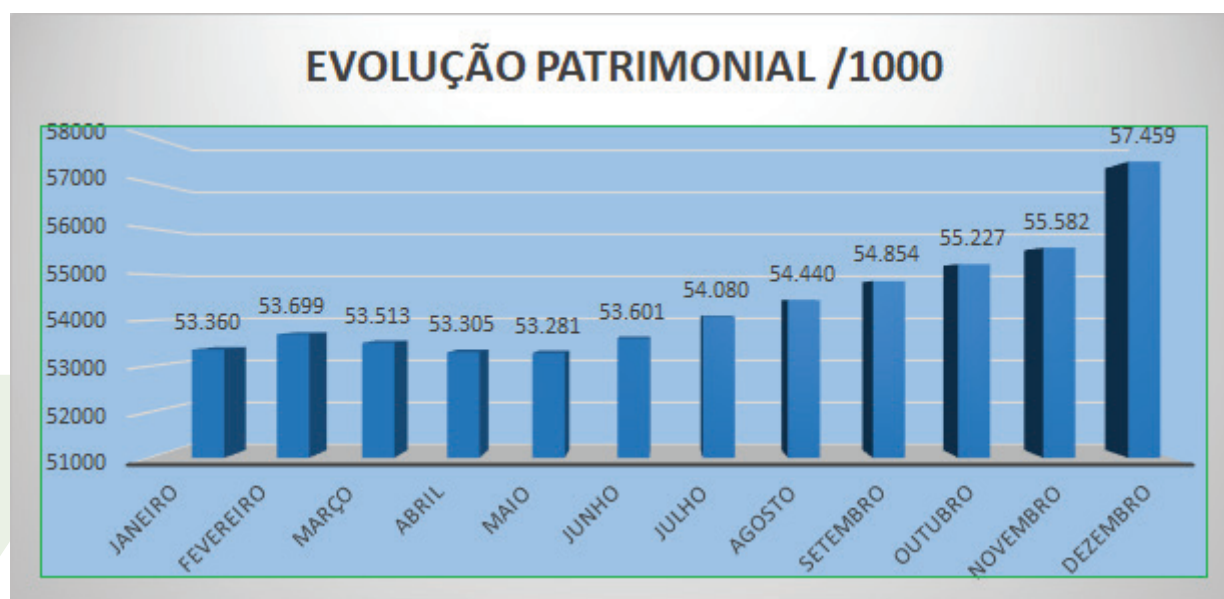
Rentabilidade						
	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulada
Plano de benefício	12,46%	9,82%	6,19%	5,24%	3,91%	43,42%
Renda Fixa	13,78%	11,14%	7,40%	6,37%	4,38%	50,79%

4.6 DESPESAS COM INVESTIMENTOS

TAXA DE PERFORMANCE - R\$ 198.048,23

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - R\$194.062,94

4.7 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DOS INVESTIMENTOS



5 | GESTÃO DE PARTICIPANTES

O Fundo de Pensão Multistituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2020 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

Descrição	Valores
*Participantes Ativos	1740
*Participantes Aposentados	2
*Beneficiários de Pensão	2
*Instituidores	1
**Contribuições Recebidas	R\$ 9.872.594,22
**Portabilidades Recebidas	R\$ 466.820,32
**Pagamentos de Resgates	R\$ 3.949.347,37
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 86.630,19
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 627.652,42

* Posição em 31/12/2020

** Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

6 | RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Desenvolvemos os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multistituido da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV (“Entidade”) em 31 de dezembro de 2020, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cuja opinião do relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 24 de março de 2021, foi emitido sem ressalvas.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro.

Conforme descrito na NBC TA 200, devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria (NBC TA 200, item 51). Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião ou conclusão sobre a eficácia destes controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A Administração da Entidade é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos da Entidade. Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 24 de março de 2021, não efetuamos nenhum outro tipo de procedi-

mento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Entidade e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.

Como resultado dessa auditoria, não identificamos situações que resultem em comentários ou recomendações sobre controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial, durante a realização dos procedimentos de auditoria por nós selecionados, que, no nosso entendimento, merecem ser revistos ou aprimorados, tendo em vista a busca constante de melhoria nos padrões de controles e de qualidade na apresentação das demonstrações contábeis.

Este relatório destina-se exclusivamente para informação e uso da Administração e para atendimento aos requisitos das normas existentes emitidas e não foi preparado para ser utilizado ou apresentado a terceiros fora da Entidade.

São Paulo, 24 de março de 2021.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

Luiz Carlos Soares da Silva

5500E4A43B5144C

Luiz Carlos Soares da Silva

Sócio Diretor

Conatus Auditores Independentes S.S.

7 | PARECER ATUARIAL

7.1 OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios SBOTPREV, administrando pelo Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O Plano SBOTPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

7.2 BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2020 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2020. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

7.3 ESTATÍSTICAS

Participantes Ativos

Item	2019	2020
Número de participantes ativos*	1.688	1.740
Idade média (anos)	43	43
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	5	5
Contribuição média**	R\$ 662,70	R\$ 539,90
Saldo individual médio	R\$ 31.023,59	R\$ 32.553,23

(*) Quantidade contemplam 37 casos de inscrições canceladas a pedido, 335 casos com inscrições inativas, 3 participantes em BPD e 2 licenciados com manutenção do risco. Todas as situações continuam com saldos de conta na base de dados do plano de benefícios.

(**) Considerando apenas os participantes com situação de Ativos.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2020 na ordem de 3,08% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2019. Os participantes ativos tiveram variação negativa da contribuição média na ordem de 18,53% e uma variação positiva no saldo individual médio 4,93%.

Participantes Assistidos

Item	2019	2020
Número de participantes assistidos	2	2
Idade média (anos)	67	68
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	10	11
Benefício médio	R\$ 1.249,66	R\$ 1.144,84
Saldo individual médio	R\$ 108.163,68	R\$ 96.585,28

Considerando a tábua AT-2000 F Suavizada em 10% verifica-se que a expectativa de vida aos 68 anos é de 20 anos, portanto, esperamos que a média dos participantes sobrevivam até a idade de 88 anos.

Pensionistas

Item	2019	2020
Número de pensionistas	2	2
Idade média (anos)	64	65
Benefício médio	R\$ 1.802,36	R\$ 1.759,72
Saldo individual médio	R\$ 152.083,52	R\$ 134.333,64

Conforme exposto na tabela 3, não houve nova concessão de pensão no Plano SBOTPrev durante o exercício de 2020. Considerando a tábua AT 2000 F Suavizada em 10% verifica-se uma expectativa de vida média de 23 anos para os pensionistas do Plano SBOTPREV.

7.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2020:

- a) Taxa Real de Juros: 3,72% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos, através do Parecer Atuarial 12/2020, o posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano SBOTPREV. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem a obrigatoriedade de reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida para o plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,72% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2021. Como no Plano SBOTPREV a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,72% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por expectativa de vida e prazo determinado as únicas formas de recebimento que utilizam a taxa de juros em

sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2020, projetamos os saldos até 06/2021 e recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros, os resultados observados foram uma redução média de 1,19% nos assistidos e 1,16% nos pensionistas, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

7.5 REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano SBOTPREV, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2020, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.

7.6 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SBOTPREV em 31/12/2019 e 31/12/2020, para fins de comparação com a data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2019	2020
2.3	Patrimônio Social	54.256.375,34	59.017.186,07
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	52.888.377,59	57.234.773,23
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	52.888.377,59	57.234.773,23
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	520.494,40	461.837,85
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	520.494,40	461.837,85
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	520.494,40	461.837,85
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	52.367.883,19	56.772.935,38
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	52.367.883,19	56.772.935,38
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	40.603,96	45.347,98
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	52.327.279,23	56.727.587,40
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	0,00	0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Revisão de Plano	0,00	0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
2.3.2	Fundos	1.367.997,75	1.782.412,84
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	1.643,05	1.410,38
2.3.2.2	Fundos Administrativos	1.366.354,70	1.781.002,46
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	0,00	0,00

* Em Reais (R\$)

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 99,19% em função dos recursos vertidos ao plano pelos participantes, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2020 aumentou em 8,22%, com relação ao encerramento do exercício 2019. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2019 pelo INPC acumulado no ano de 2019 teríamos um valor 2,56% menor do que o observado em 2020. Se

atualizarmos o patrimônio de cobertura do encerramento do ano de 2019 pelo índice de referência do plano (INPC + 4,19% a.a. de 01/2020 a 03/2020 e 4,09% a.a. de 04/2020 a 12/2020) teríamos um resultado superior em 1,15% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

Analisando o exercício de 2020, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 3,91%, enquanto o índice de referência montou em 9,47%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pela entidade foi inferior em 5,08% (p.p), em relação ao respectivo índice. A inflação acumulada no mesmo período foi de 5,45%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de -1,46%.

O crescimento do patrimônio de cobertura alcançado justifica-se, ainda que a rentabilidade do Plano SBOTPREV não tenha atingido o índice de referência, ao fato das receitas previdencias do plano terem avultado o valor de R\$ 10.339.414,54, que representam um total de R\$ 5.675.784,56 a mais do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2020.

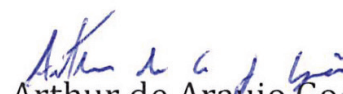
7.7 CONCLUSÃO

O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2020 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Por fim, atestamos que as informações neste parecer foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.



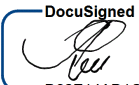
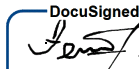
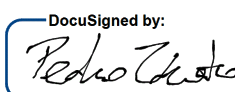
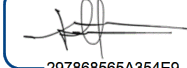
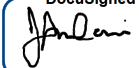
Arthur de Araujo Godinho Luzia
Atuário MIBA – 2.353
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

8 | PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIOS DOS ANOS DE 2019 e 2020

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 41 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 25 de março de 2021, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2020, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia -SBOTPrev.

São Paulo, 25 de março de 2021.

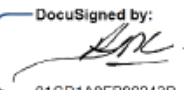
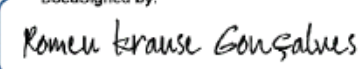
Paulo Lobo Junior Conselheiro Presidente CPF 186.963.331-87	 DocuSigned by: D62E14AD1CE8484...
José Humberto de Souza Borges Conselheiro Vice Presidente CPF 925.786.911.34	 DocuSigned by: 7A32E2BC267E47C...
Fernando Antonio Façanha Filho Conselheiro Suplente CPF 233.638.603-82	 DocuSigned by: DCB63D302A0A45E...
Pedro Takata Conselheiro Suplente CPF 370.128.628-07	 DocuSigned by: 7D42E871E96A454...
Marco Tulio Lopes Caldas Conselheiro Titular Eleito CPF 510.288.676-20	 DocuSigned by: 297868565A354E9...
José Luiz Milani Conselheiro Suplente Eleito CPF 181.901.878-78	 DocuSigned by: 8641D2F01C5F479...

9 | MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, referentes aos exercícios de 2020 e 2019:

Em reunião de 25 de março de 2021, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no uso das competências de que trata Art. 31 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, da Avaliação Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da SBOTPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2020.

São Paulo, 25 de março de 2021.

Reynaldo Jesus Garcia Filho Conselheiro Presidente CPF 754.594.188-87	DocuSigned by:  01CD1A9FB99243B...
Romeu Krause Gonçalves Conselheiro Vice Presidente CPF 051.048.664-91	DocuSigned by:  1B239BB4C3A645B...
Arnaldo José Hernandez Conselheiro Suplente CPF 040.310.318.58	DocuSigned by:  9BB713A6B4D8437...
Fábio Farina Dal Molin Conselheiro Suplente CPF 427.889.190-34	DocuSigned by:  7762FCAE045F45D...
Marcus Vinicius Moreira Conselheiro Titular Eleito CPF 121.243.478-10	DocuSigned by:  D19B3B0BE5BF4F6...

10 | GLOSSÁRIO

Balanco Patrimonial: o Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanco Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanco

Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):

a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos:

o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:

as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis uti-

lizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos:

a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente:

o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial:

o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal:

o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informa-

ções complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo:

a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal. Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.

11 | MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

O ano de 2020 foi sem dúvida um dos anos mais difíceis na vida de todos nós. Todos fomos impactados pela Pandemia, pessoas físicas e jurídicas, as com fins lucrativos e as sem fins lucrativos. A incerteza permeou durante todo o ano e nos trouxe a insegurança quanto aos resultados do SBOTPREV. Mas graças a seriedade e competência de todos, conseguimos manter a Entidade saudável e capaz de suportar as obrigações de longo prazo, através de investimentos seguros e rentáveis.

Este Relatório Anual encontra-se em conformidade com as resoluções CGPC n 23 de 06 de dezembro de 2006, e CNPC n 2, de 03 de março de 2011, que estabelecem a divulgação aos participantes, resumindo as informações mais relevantes sobre os resultados da gestão do seu plano em 2020.

Ampliamos e aprimoramos nossos canais de comunicação da nossa central de atendimento, E-mail, Chat e nosso Site.

Continuamos abaixando nossa taxa de administração que hoje está 0.65% e mantendo sem cobrar a taxa de carregamento.

Neste ano de 2021 esperamos dias melhores e que todos se mantenham bem, adotando todas medidas de proteção contra o COVID19, distanciamento e uso de máscaras.

Forte abraço,

DIRETORIA EXECUTIVA



Fale Conosco

SAC 0800 887 0348
www.sbotprev.org.br

Alameda Lorena, 4271 14 andar
Jardim Paulista - São Paulo - SP
CEP 01424.000